



CADERNOS FECOMERCIO

Nº 01 - AGOSTO 2007

ECONOMIA INTERNACIONAL

O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL: CONVERGÊNCIA OU CAOS?

Cadernos Fecomercio de Economia Internacional
Número 1 - Agosto de 2007

O Brasil e a América do Sul: convergência ou caos?

Iniciativa: Conselho de Relações Internacionais
Presidente executivo
e Responsável Técnico: Mário Marconini



Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.: (11) 3254-1674/75
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

www.fecomercio.com.br

e-mail: cadernos@fecomercio.com.br

Presidente:
Abram Szajman

Diretor Executivo
Antonio Carlos Borges

Diretora
Assessoria Econômica
Fernanda Della Rosa

Edição e Revisão
Assessoria de Comunicação
Raquel Aranha

Design Gráfico e Publicidade
Marketing

Editoração
AM&F - Informática

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.

Apresentação

A integração física tem avançado ao sul, na região do Prata, porém quase nada ao norte, apesar do Tratado de Cooperação Amazônica, que envolve nove países da região. Na falta de uma maior presença econômica e militar dos Estados membros, prolifera a bio-pirataria e a extração ilegal de madeira. Quem faz este alerta é o embaixador João Clemente Baena Soares, ex-secretário geral da OEA – Organização dos Estados Americanos (1984/1994), na palestra “O Brasil e a América do Sul: convergência ou caos?”, realizada no dia 2 de julho de 2007 na Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP). O evento fez parte da série ***Inserindo o Brasil no Mundo – Debates 2007***.

Além de afirmar que a região amazônica é o ponto frágil do projeto de integração da Comunidade Sul-americana de Nações, o embaixador disse não considerar que haja ameaça de caos na região, mas sim de retrocesso em relação à integração. “Não basta que os governos sejam democráticos: é preciso que respondam aos anseios econômicos e sociais das populações, como a redução da desigualdade, e a eliminação da miséria extrema e da impunidade de corruptos e corruptores”, avaliou o embaixador, que é membro da Comissão de Direito Internacional da ONU e integra uma comissão de inquérito de alto nível que investiga possíveis abusos cometidos por Israel no Líbano, em sua ofensiva contra o Hezbollah, em 2006.

Baena Soares também alertou para as tensões militares que podem surgir entre a Colômbia e a Venezuela. “Esses dois países têm divergências não resolvidas sobre limites marítimos. Atualmente a Venezuela está se armando e a Colômbia não ficará indiferente a este movimento”, disse o embaixador, acentuando também que os países da região, para se integrarem, devem antes promover sua “coesão interna”, citando o caso da Bolívia e as divergências de suas províncias do altiplano com as orientais, como Pando e Beni.

O presidente executivo do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio, Mário Marconini, em uma apresentação prévia sobre o tema, ressaltou que a prioridade para a integração regional foi reafirmada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no recente encontro do Mercosul, quando o chefe de governo defendeu a “ênfase” em relação ao bloco para compensar o fracasso da rodada de Doha da OMC.

Idealizado pela Fecomercio, o ***Inserindo o Brasil no Mundo*** teve início em 2006, quando promoveu quatro importantes discussões acerca da participação econômica do Brasil no mundo. Em 2007 o programa aborda novos temas dentro de sua mesma missão, que é propor alternativas adequadas à inserção do País no cenário internacional, que correspondam à grandeza de sua economia, população e dimensão geográfica. Nas páginas que seguem, a íntegra do debate realizado com o embaixador Baena Soares.

Exposição de idéias e debate

MÁRIO MARCONINI – Hoje nós temos o enorme prazer de dar continuidade ao projeto da Fecomercio “Inserindo o Brasil no Mundo”. Nós tivemos nesse processo quatro reuniões - uma exposição muito rica na época. Estamos reproduzindo grande parte disso, já reproduzimos em cadernos de economia da Fecomercio e agora estamos produzindo um livro, com todos os debates. Na verdade teremos artigos e debates e teremos também propostas concretas da própria Fecomercio ao final da publicação sobre os temas que foram abordados. No ano passado, nós abordamos a questão tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista político e geopolítico, a questão até mesmo da reestruturação do trabalho no mundo e a questão dos instrumentos. A última questão foi sobre, dado o que nós discutimos sobre os outros temas, que instrumentos seriam os mais adequados, multilaterais, bilaterais, regionais. Então foi uma discussão muito rica e a nossa intenção é ter propostas para avançar o debate.

Hoje a nossa honra e prazer é ter conosco o embaixador João Clemente Baena Soares, que dispensa apresentações. De qualquer forma, eu vou detalhar um pouco a sua vida profissional daqui a pouco. Mas é uma honra enorme tê-lo aqui, porque realmente é uma das poucas pessoas desse nível que nós temos no Brasil, é importantíssimo ouvi-lo, sobretudo o tema da América do Sul e do que fazer na América do Sul. O título do nosso evento é um título que provoca, um título um pouco sensacionalista e jornalístico, mas a idéia é essa mesmo: será que nós temos convergência ou caos na América do Sul? É um tema importantíssimo. Então, antes de pedir que o embaixador nos brinde com a sua palestra, eu gostaria apenas de situar um pouco o tema, quais são os parâmetros dentro dos quais nós temos visto o debate nacional até agora e sem, obviamente, prejudicar o que o embaixador vai dizer daqui a pouco ou deixar de dizer.

Na realidade são três aspectos que eu acho que seriam importantes para a gente situar um pouco a questão. Em primeiro lugar, a própria importância da América do Sul para o Brasil e para si própria. Em segundo lugar, o ativismo da América do Sul em termos de integração, em termos do que se poderia entender como convergência. Em terceiro, uma explicação do porquê esse caos ou convergência, ou seja, afinal por que isso é algo que nos parece importante. E finalmente apenas um comentário só para trazer esse debate para a atualidade, um momento mais próximo que foi a declaração do presidente Lula, sobre a questão do fracasso da Rodada de Doha e sua relação com o Mercosul. Então eu acho que é uma coisa que nos traz o momento atual do mundo e a nossa prioridade regional.

Uma vez mais, eu gostaria que não fosse a minha opinião ou a opinião da Casa sobre esses assuntos, é muito mais situar um pouco qual seria o enquadramento da questão da América do Sul para o Brasil. É quase clichê dizer que a América do Sul é importante, porque obviamente ela é o nosso entorno, todos os países vizinhos participam e são membros dessa região. Agora, o que é mais importante para nós e tem sido muito presente na nossa discussão, seja especializada ou até mesmo nos jornais, é a própria questão da liderança do Brasil. O Brasil de qualquer forma é sempre mais do que 50% do que está acontecendo na região. Se a gente falar em Mercosul, ele é sempre mais do que 70% do que está acontecendo na região. Então existe uma presunção de que o Brasil deveria ser um líder ou talvez ele até seja já naturalmente

um líder do que está acontecendo aqui nessa parte do mundo. Isso implica, obviamente, uma consideração sensível ou delicada sobre o que quer dizer isso. Afinal de contas, o que quer dizer liderança, o que o Brasil deveria estar fazendo, se é para ele liderar ou se ele já é o líder.

Então nós temos uma discussão e uma prática sobre esse assunto muito presente. Eu diria que no governo anterior talvez havia um conceito de liderança que, aí sim na minha opinião, não teria sido exercido. Eu creio que o Brasil participava muito e tinha uma certa presença nos diversos países, mas de uma forma muito mais bilateral. Houve um momento importante em 2000, setembro de 2000, quando houve uma reunião em Brasília, que foi a semente da questão da integração regional, um momento importantíssimo. Mas de qualquer forma nós não tínhamos claro ainda que nível de liderança ou quais seriam os instrumentos. Eu acho que de uma certa forma havia uma série de iniciativas, mas não claramente qual era a nossa posição central sobre esse assunto. No governo atual, já no segundo mandato do governo Lula, eu creio que isso ficou mais presente ainda, existe uma prioridade clara sobre esse assunto, acho que isso é muito bem-vindo, mas também creio que não está claro. Talvez seja uma questão para o embaixador se jamais isso vai ficar claro, se é uma coisa que necessariamente precisa ficar clara, se essa liderança é uma coisa que necessariamente flutua, necessariamente oscila, dependendo das circunstâncias. Mas de qualquer maneira nós temos uma situação hoje onde os desafios são muitos grandes. Eu creio que a questão do Brasil ser ou não um líder no sentido de uma força estabilizadora na região é uma questão que se coloca. Mas aí imediatamente se coloca a questão de quais são os instrumentos que nós temos para ser essa força estabilizadora, se afinal de contas nós temos instrumentos suficientes e adequados para exercer esse tipo de liderança, ou se a liderança do Brasil necessariamente, ou de um ponto de vista desejável, passa por um Mercosul, passa de fato por um bloco, ou seja, ser um parceiro talvez o mais ativo ou mais importante dentro de um bloco e aí sim esse bloco comande uma região ou tente liderar os rumos de uma região como a América do Sul.

Então tudo isso eu creio que são questões importantes que estão presentes. Uma coisa que está muito presente hoje em dia, inclusive dada a posição de alguns países vizinhos, é a questão da relação da liderança com temas universais como, por exemplo, a democracia, a defesa dos direitos humanos. Esses são temas que na verdade independem de uma região, eles são universais por natureza, mas têm uma implicação importantíssima no momento atual. Eu acho que essa relação de liderança, com temas universais, é muito importante. E também a questão dos “novos” temas. Por exemplo, como lidar com aquilo que o professor Antonio Jorge no ano passado colocou sobre as redes formais e as redes informais. Na verdade, as redes informais internacionais estão cada vez mais importantes naquilo que nós fazemos ou deixamos de fazer na área internacional, sobretudo aquilo que diz respeito à criminalidade, ao narcotráfico, coisas que têm uma implicação muito séria e cujos instrumentos também são delicados, ou seja, até que ponto você acaba usando a sua força para limitar o que pode acontecer no seu território. Obviamente, quando nós pensamos no nosso caso, o que fazer com a questão da Colômbia e assim por diante. Eu acho que esse tema da segurança na região está cada vez mais presente e a segurança não só no sentido público formal, governamental, mas sobretudo nesse sentido informal, quase incontrolável, infelizmente.

Resumindo, além do óbvio, o tamanho do Brasil, essa pretensão de que o Brasil seja um líder pelo menos natural - e isso implica em uma série de coisas, o mundo está cada vez mais complexo - na região também. Essas demandas, sejam de temas universais, sejam de temas novos como esse da segurança, envolvem redes informais e formais na sua consideração. Um último aspecto da importância da região é que ela também evoluiu muito no sentido da sua integração. Nós temos de fato o Mercosul, queiramos ou não, gostemos ou não gostemos. O Mercosul existe e é uma realidade. Nós temos membros associados ao Mercosul, que inclusive às vezes são associados ao Mercosul e membros de outros grupos como, por exemplo, a Comunidade Andina, existe a própria aliança do Mercosul com a Comunidade Andina, existe a Comunidade Sul-americana de Nações e uma rede importante de relações bilaterais. Então a região por si só é muito complexa, até mesmo nas relações formais que existem de integração ou de aproximação econômica ou política. Essa é a importância do próprio tema América do Sul.

O segundo ponto é como a região tem se comportado nessa questão de aproximação, de convergência, de integração. O que nós vemos são países que prezam muito a sua soberania, como é natural, mas ao mesmo tempo têm sido países inovadores na área de integração econômica, na área de integração política. Eles têm tentado há muito tempo já algum nível de integração mais profunda. A Alalc, Associação Latino-americana de Livre Comércio, criada em 1960, por exemplo, foi uma experiência interessante e pioneira na época. Eu acho que é sempre importante lembrar que a nossa região foi pioneira nessas coisas, sempre tentou inovar muito, enquanto que, por exemplo, a Ásia só hoje em dia tem tentado se integrar. É uma coisa muito nova que a China, o Japão e a Coreia estejam conversando sobre um possível acordo de livre comércio, isso não acontecia nessa parte do mundo. Nós sempre mais do lado precursor, do lado inovador. Esse experimento da Alalc coincidiu com uma época em que a predominância da filosofia econômica era de uma substituição de importações, a idéia inclusive era de que através de uma integração da região nós teríamos uma escala maior, ou seja, mercados maiores e com essa escala poderíamos como região nos projetar no mundo com mais competitividade. Infelizmente, a idéia de escala não passou das fronteiras nacionais, cada país continuou preservando muito mais a sua própria soberania econômica, como também não deixa de ser natural, cada um fazendo a sua substituição de importações, nós acabamos não conseguindo evoluir.

Depois surgiu algo chamado Aladi, que é uma associação que existe ainda, Associação Latino-americana de Integração, que aí sim seria uma idéia um pouco mais flexível, na verdade um acordo guarda-chuva que consegue abarcar uma série de relações bilaterais. Ele permite, quase que incentiva, as relações bilaterais entre os países e há uma série de acordos de complementação econômica, os ACEs, que continuam existindo, até no caso do Mercosul. É um processo então flexível, que tende a algum dia uma integração maior inclusive do que a América do Sul, uma integração da própria América Latina. Então esse processo foi uma evolução. Quando a Aladi começou a existir, já havia também a evolução do pensamento econômico. Evolução no sentido de que passou para outra coisa. Acho que aí tem toda uma discussão até ideológica sobre o que é evolução na área econômica e o que não. Mas seja como for o mundo nessa época já começou a pensar menos substituição de importações, muito mais em livre comércio. De forma que nos anos 90 já se tinha uma visão do que era o novo

regionalismo, um regionalismo não baseado na questão de substituição de importações, muito mais na questão do livre comércio.

No próprio Mercosul, além de toda a sua bagagem geopolítica, o teor mais importante do Mercosul continua sendo geopolítico e político, mas os instrumentos escolhidos desde o começo dos anos 90 foram instrumentos basicamente de livre comércio, de abertura de mercados entre os quatro primeiros países membros e depois até de uma abertura para o resto do mundo, já que teria uma tarifa externa comum quando o Mercosul se tornou uma união aduaneira, em 1995, com o Protocolo de Ouro Preto. Uma abertura ao mundo na medida em que era uma tarifa externa comum, mas declinante, que está declinando até hoje. Então houve essa mudança no mundo e na região eu acho que o impacto foi muito importante, esse novo regionalismo, essa nova visão de uma abertura entre os países membros e o mundo.

Nesse processo a Comunidade Andina também evoluiu muito, ela começou a se chamar Comunidade Andina em 1990, antes era o Grupo Andino, já com uma nova mentalidade também, acho uma coisa muito importante quando nós vemos a Comunidade Andina hoje, de fato ela evoluiu muito, ela tem um nível de abertura entre os seus Estados membros que é algo bastante importante. Até mesmo em áreas delicadas como serviços, a Comunidade Andina já fez um inventário de medidas restritivas em todos os setores de serviços e 90% dessas medidas foram já eliminadas. Tem alguns casos como, por exemplo, serviços financeiros, onde ainda tem um processo de harmonização, mas fora isso está tudo eliminado entre os países membros e, como nós sabemos, o setor de serviços é sempre o mais delicado, é que mais indica um nível profundo de integração. Então a Comunidade Andina avançou muito e eu creio que o Mercosul continua sendo uma espécie de mescla das duas coisas, da coisa econômica e da coisa política.

Talvez a grande parte do debate que nós vemos aqui no Brasil sobre o Mercosul tenha a ver justamente com qual, é afinal de contas, a filosofia de política econômica que se quer para o bloco. Acho que muito da crítica parte de uma premissa de que necessariamente o Mercosul deveria ter um nível de ambição econômica muito mais alto do que talvez os seus Estados membros estejam preparados a aceitar. Isso tem sido o grande debate. E nisso onde fica a própria liderança do Brasil, como o país que poderia influenciar de uma forma ou outra? Então esse segundo ponto era a questão de como a própria região tem tentado convergir, eu acho que seria injusto dizer que ela não tem tentado, mas é logicamente um jogo complexo e ainda assim tem instrumentos reais que você pode criticar ou deixar de criticar, mas eles existem e são de fato uma realidade.

O terceiro ponto é a questão do caos ou convergência, o próprio tema de hoje. Por que surge essa pergunta? Como eu dizia, é um pouco sensacionalista e jornalística, mas porque no fundo o que nós vemos é um Mercosul que parece confuso, um Mercosul que parece dominado. Agora um pouco menos, mas se nós pensarmos desde que o Brasil desvalorizou a sua moeda até mais ou menos o ano passado. Mudanças de governos nos outros países, sobretudo na Argentina, que é o nosso principal parceiro nesse contexto, houve muitos atritos bilaterais, atritos bilaterais inclusive que não deveriam ser tão importantes, já que eles representavam 5% do comércio que estava acontecendo entre os países. Ainda assim uma relação dominada por isso. Eu sempre me recordo que nós levamos mais de um ano para conseguir firmar um

documento sobre salvaguardas no Mercosul, que ao final era um documento bilateral que vale só para o Brasil e a Argentina, menos do que uma salvaguarda que você tem na OMC. A OMC tem uma série de disciplinas que se aplicam à questão das salvaguardas e nesse caso do Mercosul muito menos disciplinas. A impressão que a gente tem é de que isso mais ou menos resolveu a questão, mas o que eu acho que aconteceu é que de fato os setores conseguiram se entender um pouco mais, evitaram o recurso a esse tema e também os próprios brasileiros começaram a ameaçar utilizar as salvaguardas, de forma a que o lado argentino, que supostamente era o maior demandante dessa questão, também atenuou esse nível de demanda. De qualquer forma, eu acho que o importante é que nós tivemos nessa primeira década do terceiro milênio muito atrito comercial e muita dificuldade em conseguir resolver o que eram esses atritos. Com isso o Mercosul, que já estava debilitado, passou a ter menos credibilidade ainda, já que se demorava tanto para decidir o que a gente queria ou poderia ter.

Nesse contexto, uma coisa que aconteceu também no Mercosul foi que, em virtude inclusive dessa aliança, que eu diria que no contexto do governo Lula, no primeiro mandato e talvez um pouco menos agora, mas claramente a relação Brasil-Argentina foi dada como a coisa mais sagrada que existia dentro do contexto do Mercosul. Isso causou uma alienação importante por parte do Uruguai e do Paraguai. O Uruguai foi mais longe, inclusive ameaçando fazer acordo até de livre comércio, obviamente os Estados Unidos não estavam preparados para isso e nem queriam, mas um acordo sobre investimentos foi possível, uma aproximação bilateral do Uruguai com os Estados Unidos. Ou seja, todo esse debate de como na verdade a forma de trabalhar o Mercosul, entre outras coisas, não só ela não chegou onde deveria chegar de acordo com o seu próprio cronograma, o que causa um problema de credibilidade, como também ela causou uma certa reação importante por parte de metade dos seus Estados membros. É lógico que eles são responsáveis por 10% do que está acontecendo, mas ainda assim nós não conseguimos até hoje, eu vi que agora nessa reunião do Mercosul a própria agenda das assimetrias, que nós conhecemos como agenda das simetrias entre os Estados membros, foi mais uma vez postergada, não houve nada mais consequente sobre esse assunto.

Então eu diria que na percepção das pessoas aqui no Brasil, não só no Brasil, nos outros Estados membros e fora também da região, a questão do Mercosul é percebida de fato como uma questão um pouco caótica, talvez nós tenhamos aí que conseguir fazer a coisa um pouco melhor. Uma questão importante é que o nível de ambição do Mercosul de fato é muito alto. Eu sempre lembro que o Tratado de Assunção, por exemplo, falava em se lograr em nível de integração em quatro anos aquilo que a União Européia levou 40. Tem sempre isso, a própria idéia de ter um mercado comum em quatro países em desenvolvimento, que têm agendas próprias, visões diferentes de inserção internacional e o seu processo político também cada um com a sua complexidade, não é uma coisa trivial de qualquer forma. Então acho que dá para ter um pouco menos de ambição e, portanto, ter um pouco mais de satisfação com o que está acontecendo. Mas isso tudo é a ser debatido. Então o Mercosul é o primeiro aspecto sobre essa questão do caos ou convergência.

O segundo aspecto já é uma coisa mais de fato, questões que são importantes como, por exemplo, a própria questão da expropriação da Petrobras num país vizinho associado, a própria reação do nosso governo sobre como isso era importante para os pobres do país vizinho. Eu

lembro que o presidente Lula não falou nada sobre o assunto até três dias mais tarde, a primeira coisa que ele disse foi que isso é uma coisa importante para os pobres da Bolívia. Eu creio que isso tipo de coisa certamente também não ajuda muito pelo menos a compreensão do povo sobre o que está acontecendo e porque isso tem esse nível de importância. Eu lembro que inclusive naquela semana houve uma reunião com a presença do presidente Hugo Chávez para se discutir a integração energética da América do Sul, logo depois da expropriação da maior empresa brasileira de energia. Então algo que realmente é um pouco difícil de se entender, o que há de cartesiano sobre esse assunto está difícil de entender. Certamente há uma percepção na sociedade... A sociedade, não sei. Mas certamente nas elites de relações internacionais, dentro da qual eu incluiria os senhores aqui presentes, ou seja, gente que se interessa, lê e participa desse assunto, de que talvez o Brasil tenha sido mais tolerante do que o necessário nesse caso.

Falando muito claramente com relação ao próprio presidente Hugo Chávez e a Venezuela, eu acho que a Venezuela certamente é um caso difícil, é uma agenda doméstica muito complicada, não dá para esconder, sobretudo depois desse episódio da não renovação dessa estação de televisão. Mas o que mais preocupa, o que mais tem a ver conosco é a própria questão da influência da Venezuela, ou seja, até que ponto esse nível de influência que o Hugo Chávez consegue ter sobre a Bolívia, sobre o Equador, menos no caso do Peru. No Peru eu acho que o tiro até saiu pela culatra, no momento em que o Hugo Chávez entrou na campanha presidencial, ele acabou quase que ajudando a definição do Alan Garcia, ou seja, de que ele conseguisse ser eleito. Mas eu digo que essa questão da influência é importantíssima e é difícil saber o que fazer. É lógico que um presidente que consegue dizer o que ele diz, no nível em que ele diz e sobre o que ele diz, é uma coisa que deve nos preocupar necessariamente. Ele saiu da Comunidade Andina, uma coisa também bastante radical. Entrou no Mercosul sem pagar nada, no sentido de que não houve uma agenda clara sobre o que ele precisava fazer para entrar no Mercosul.

No governo anterior houve um processo parecido, houve uma intenção da Venezuela de entrar, o governo Fernando Henrique na época mandou uma pessoa de alto nível conversar com o próprio presidente Hugo Chávez, dizendo quais as coisas que ele precisaria aceitar antes de entrar. Isso foi o suficiente para que a Venezuela desistisse naquela época. Então eu diria que um outro efeito importante é não só a influência da Venezuela, mas também o fato de que isso acabou politizando mais ainda o Mercosul. Uma vez mais, problema de credibilidade, problema de uma agenda confusa, problema de atritos bilaterais e de repente também uma Venezuela como se fosse um novo bode que entrou na sala, com todo respeito, mas seja como for uma complicação a mais dentro do bloco, que certamente teve esse efeito de politizar o bloco, uma agenda muito mais política do que propriamente econômica. E isso por que é importante? Não é só porque alguns são neoliberais e outros não são, mas porque a integração se dá em cima de uma aproximação comercial. A Europa, que eu diria que não é necessariamente neoliberal, é um sistema até, como diriam os franceses, bastante dirigista, bastante dirigido por Bruxelas. Inclusive grande parte da crítica que se faz à União Européia é justamente que Bruxelas dirige demais o processo. Apesar disso, ela sempre teve como uma das premissas a integração entre os seus países, aproximação, integração entre as cadeias produtivas e todo esse processo não só em bens como em serviços também. Então tudo isso é muito importante e nós parecemos estar perdendo um pouco disso, está cada vez mais politizado.

Uma coisa que provoca um pouco mais, talvez. Vou provocar também o embaixador. A América do Sul de uma certa forma, para quem segue pelo menos a questão comercial, a questão econômica, ela dá a impressão às vezes de que tem uma nova linha de Tordesilhas, ou seja, um lado mais alinhado com a globalização, com os grandes parceiros comerciais e aí nós incluiríamos o Chile que já virou a tradição nesse assunto, mas também o Peru, também a Colômbia. Eu por coincidência estava no Peru no dia em que televisaram o debate no Congresso peruano sobre a aprovação, não do tratado com os Estados Unidos, mas já das suas adições, ou seja, da questão laboral e meio ambiental. Ganharam facilmente, 70 a 30, uma coisa assim, a votação. O Peru realmente está apostando muito nessa aliança e já falando que, uma vez que isso saia, a questão de *investment grade*, ou seja, o Peru ser um país para investimentos com mais alto nível, que isso deve ocorrer o mais rapidamente possível. Então há esse alinhamento muito forte, a Colômbia também.

É óbvio que esses países também têm outras razões para terem um alinhamento com os Estados Unidos, do ponto de vista da segurança. Seja como for, são países que têm essa pretensão. E do outro lado aqui dessa nova Tordesilhas há países que não estão tão preparados ou não vêem com tão boa perspectiva a questão de se alinhar mais ao que está acontecendo. É lógico que sempre existe a agenda doméstica, não também para a gente dizer que Equador, Bolívia e Venezuela tenham isso em comum com o Brasil, acho que aí tem um certo elemento de injustiça, não é bem isso. Afinal de contas, o presidente Bush veio aqui, o presidente Lula foi a Camp David e fizeram um acordo sobre o assunto mais estratégico possível, que é a questão de energia, comércio, agricultura, tudo isso que é a questão do etanol. Então não dá também para exagerar nessa dose, mas seja como for há uma certa divisão. Quando se fala em acordos comerciais, está difícil, por exemplo, imaginar um acordo mais ambicioso com esses outros países, na medida em que nós temos um pouco de hesitação, de reticência a fazer esses acordos.

É por isso, embaixador, essa questão do caos ou convergência a partir desses parâmetros, dessas visões que não são sempre corretas, mas de fato são visões que estão presentes no debate nacional, no dia-a-dia na imprensa, até mesmo falada, não só lida. E finalmente uma última questão, aquilo que eu comentei sobre trazer esse assunto mais para o dia-a-dia. Chamou muito a atenção o presidente Lula, saindo dessa reunião de cúpula do Mercosul, dizer que agora que a OMC fracassou nós precisaríamos dar uma ênfase muito grande ao Mercosul. Está mais claro do que nunca que o Mercosul é a nossa prioridade. Isso me chamou muito a atenção e queria trazer para o nosso debate, porque tem a ver com a nossa região também. A impressão que se tem na verdade é que o Brasil nessa área, uma vez mais com um viés um pouco mais econômico e comercial do que político, colocou todos os seus ovos na cesta da OMC. Realmente nós apostamos nisso. Eu acho que fizemos muito bem talvez em não ter esse acordo, acho que estava difícil aceitar o acordo nos moldes e acho injusto a União Européia e os Estados Unidos dizerem que a culpa é do Brasil e da Índia, quando na verdade o maior protecionismo do mundo hoje está em Bruxelas e em Washington claramente. Então o fato de não ter havido o acordo é importante, mas acho que a questão de que isso agora nos permitiria dar essa prioridade ao Mercosul ali teve uma coisa freudiana do presidente, ou seja, dá a impressão de que ele está dizendo que o Mercosul até agora não tinha tido

toda essa prioridade. Eu acho que isso é uma boa notícia nesse sentido, mas indica que de fato o Brasil deveria estar pensando de uma forma um pouco mais global nesses assuntos. A própria questão da integração até mesmo com a América do Sul, quando nós falamos em integrar do ponto de vista comercial, os acordos não são acordos ambiciosos ainda. Se você for empresário, vai dizer que só nós fizemos concessões, o outro lado não fez concessão real, na avenida Paulista os industriais dizem isso o tempo todo, que de fato se fez concessões ao Peru, à Colômbia e não houve uma reciprocidade num nível desejável. Isso é uma questão que se coloca, mas ainda assim acho que o Brasil mesmo, não só por esse aspecto industrial, mas até mesmo em serviços, poderia ser muito mais ambicioso naquilo que ele propõe. Se é para aprofundar a integração, talvez os instrumentos sejam muito pouco ambiciosos, uma vez mais, muito mais políticos do que propriamente instrumentos econômicos de como avançar esse tipo de integração. Então esse era o último comentário, só para a gente ter presente essa questão de que algo importante aconteceu no mundo e o presidente brasileiro comentou isso no nosso contexto aqui da América do Sul.

Eu vou parar por aqui e gostaria então de apresentar o nosso ilustre convidado. A intenção seria que ele faça a sua palestra de honra para nós e a gente ter então uma discussão depois sobre os temas que serão levantados. Sobre o embaixador João Clemente Baena Soares, realmente seu currículo é impressionante, também é clichê dizer uma coisa como essa. Ele é diplomata, advogado e professor. Foi secretário geral da OEA durante dez anos, de 1984 a 1994. Foi secretário geral das relações exteriores do Brasil, de 79 a 95. Foi ministro interino das relações exteriores durante esse período em várias ocasiões. Graduiu-se no Instituto Rio Branco em 1953, é bacharel em Direito pela PUC do Rio, curso de doutorado em Direito Público na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, em 1962. Ele é mais doutor honoris causa, o que indica que o exercício da sua profissão é muito apreciado mundo afora, por exemplo, na Universidade de Quebec, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Pelotas. Ele leciona curso de pós-graduação na Universidade Estácio de Sá, onde preside o Conselho de Administração das Organizações Estácio de Sá, além de mantenedor da Universidade Estácio de Sá. Ele foi membro e ex-presidente da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas e, entre outras coisas, acabou de fazer um trabalho do mais alto nível, com duas outras personalidades notórias, para a comissão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, para avaliar as ações do Exército de Israel no Líbano, ele foi uma das três pessoas que completou esse trabalho que é algo importantíssimo para as nossas relações internacionais. Várias publicações e condecorações também interessantes, 18 nacionais e 30 estrangeiras. Eu não vou ler todas, mas certamente foram merecidas. Por favor, embaixador, se o senhor puder nos brindar com a sua palestra, muitíssimo obrigado pela presença.

JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES – Bom dia a todos os amigos e as amigas aqui presentes. Para efeito de termos depois uma sessão de debates, espero eu, vamos começar dizendo que o Mário para esta reunião não me propôs um tema, ele me deu uma conclusão: América do Sul, convergência ou caos. Quando ele mandou, não tinha ponto de interrogação. No papel que está comigo, ele pôs o ponto de interrogação, mas eu parti de uma afirmação. Então vamos ver como nós conseguimos, tendo presente tudo o que ele disse, trazer alguma coisa que seja fértil para o nosso debate.

Antes de entrar nas anotações que eu fiz, eu gostaria de comentar a questão de liderança. Eu me lembro de um episódio no governo Nixon, quando recebi o presidente do Brasil em visita oficial e ele disse no discurso: para onde vai o Brasil vai a América do Sul. Isso custou à diplomacia brasileira anos de trabalho. É uma declaração imprudente, porque liderança não se impõe, liderança é natural ou não é liderança, é imposição, é submissão. Portanto, acho que esse assunto mereceria um pouco mais de debate, mas eu vejo dessa forma. É uma liderança, ninguém vai dizer que a Costa Rica é líder da América Latina, não pode, não há condições. Também cartesianismo não é uma palavra nem um conceito apropriado ao Brasil, que está muito longe de ser cartesiano. Como é que vai ser cartesiana a América Latina? Também acho que temos um problema aí.

Eu queria recordar, só para efeito de organização do nosso debate, por que América do Sul. São 12 países e um território sob administração francesa. Dez desses países e o território têm fronteiras com o Brasil. Um aspecto interessante da Guiana Francesa foi que, durante o ministério ocupado pelo embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Brasil assinou o último tratado de fronteiras, herança do Barão de Rio Branco: a delimitação marítima da Guiana. O Brasil assinou um tratado de fronteiras com a França, que definiu então todo o contorno do Brasil. Isso não é muito sabido, mas eu acredito que é uma informação que possa ser de interesse. São quase 18 milhões de quilômetros quadrados, 370 milhões de habitantes, um PIB de mais de três bilhões de dólares, no momento há baixas taxas de inflação e a expansão econômica está na ordem de 5%. Temos uma diversidade na América do Sul de ecossistemas, Amazônia, o Caribe, os Andes, o Pampa e a sub-região gelada. Temos também recursos energéticos abundantes e minerais e grande biodiversidade. Um aspecto geopolítico importante: nós temos na América do Sul acesso aos dois oceanos e ao mar do Caribe naturalmente. Mesmo com todos os nossos conflitos e violência, sobretudo urbana, comparativamente ainda é uma região de paz e a América do Sul é, sobretudo, a circunstância do Brasil, o seu entorno. Eu uso a expressão, como foi definida por Ortega y Gasset: quanto ao homem, ele dizia que o homem é o homem e sua circunstância. O Brasil é o Brasil e sua circunstância. A circunstância do Brasil é a América do Sul. Não se pode pensar a América do Sul sem o Brasil, nem se pode ver o Brasil sem a América do Sul. Ainda que o país seja um ator global, a América do Sul é a sua condicionante. Temos um terço da população sul-americana, ocupamos 47% do espaço, 63% do território amazônico estão no Brasil. Esses números de certa maneira definem a necessidade de associação para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e apontam para a inevitável convergência.

O artigo 4º da Constituição de 88 recomenda buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina para a formação de uma comunidade latino-americana de nações. Eleva assim ao nível superior da Lei Magna a meta de um processo regional inaugurado nos anos 60 com o Tratado de Montevideú, que criou a Alalc, transformada em Aladi nos anos 80. Ainda na década de 80, a aproximação entre o Brasil e a Argentina propiciou o Tratado de Assunção para a formação do Mercosul. Aqui uma outra observação: o Mercosul tem sido visto como um acordo Brasil-Argentina. Eu acho que aí está uma das causas do caos, do caos conceitual, da incompreensão em relação ao Mercosul. Aí está uma assimetria que tem que ser corrigida. Vejam que essa reunião recente não corrigiu as assimetrias nem progrediu nesse sentido. O Mercosul então ainda é visto como um acordo Brasil-Argentina, o que prejudica toda

a execução desse projeto. Essa convergência vai fazer com que os países da região tenham a possibilidade de maior influência nas relações internacionais, no diálogo político, econômico e comercial e de oferecer alguma contribuição ao equilíbrio do sistema internacional. Até aí nós podemos chegar se conseguirmos avançar no processo. É, portanto, interesse brasileiro, sobretudo de um país que tem fronteiras com dez outros. Estimular essa relação, ocupar esse espaço de fronteiras em benefício dos países vizinhos e dos demais em consequência.

O colapso do Consenso de Washington afastou a ortodoxia imposta e abriu caminho para o encontro de outras propostas de desenvolvimento. Portanto, há uma multiplicidade ou pelo menos uma diversidade de caminhos para os países sul-americanos. Os diversos esquemas regionais de integração mostram o esforço significativo: não só a Comunidade Andina, a Aladi, o Tratado de Cooperação Amazônica, todo o sistema da Bacia do Prata, a iniciativa Infra-estrutura Regional Sul-americana, Irsa, todos os fundos que foram criados por essas iniciativas. Isso é importante, porque disso partiu a proposta de criação da Comunidade Sul-americana de Nações em dezembro de 2004. Essa Comunidade Sul-americana de Nações é um foro de concertação e coordenação política e também de aprimoramento da convergência dos mecanismos de integração regional. Vemos que o entendimento e o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina favoreceu o projeto, do qual também participam inevitavelmente a Guiana e o Suriname. Os países organizaram uma longa lista de prioridades para a Comunidade Sul-americana de Nações, que vão desde o diálogo político, mecanismos financeiros, integração física. A lista é tão extensa que, como é natural, as prioridades se diluem, ou você tem poucas prioridades ou não tem nenhuma, a experiência indica isso. Um dos aspectos que podem ser criticados nesse esforço é exatamente essa ambição, refletida na extensa lista de prioridades. Do lado positivo, a comunidade já realizou reuniões de cúpula com outras regiões do mundo, como a África, na Nigéria, como a reunião que já está programada para a Ásia este ano e a primeira reunião da comunidade com outras entidades que foi a reunião de cúpula em Brasília com os países árabes. Portanto, a comunidade já é um ator reconhecido na comunidade internacional. Mas para o êxito dessa iniciativa não devemos esquecer que é condição *sine qua non* o avanço do processo de integração física. Desde 2003, 22 projetos tiveram financiamento brasileiro ao redor de quase três bilhões de dólares e a maioria relacionada com o Irsa e outros 23 estão em análise, com uma carteira de mais de dois bilhões de dólares, incluídas aí iniciativas bilaterais e não apenas da Irsa.

A rodovia interoceânica a concluir-se ligará o Brasil ao Peru e afastará o conceito isolacionista da Marginal da Selva. Marginal da Selva era um projeto peruano que contornaria o Brasil e, portanto, não beneficiaria a integração. Trago esse exemplo para mostrar que já mudamos, não só nós mas também os nossos vizinhos, os nossos parceiros. Também temos a construção da ponte entre Assis Brasil e a cidade peruana de Inhapari, um exemplo concreto. Eu me lembro quando estudei no Rio Branco, era um isolamento, o Brasil estava realmente isolado, você não podia sequer falar no telefone. E ainda estamos isolados, porque para ir à América Central tem que passar por Miami. Não é verdade? O Chile já valoriza a integração, sem dúvida nenhuma. Há os chamados corredores bioceânicos, são corredores que estão sendo projetados e decididos nas relações bilaterais, mas de grande importância. Por exemplo, o eixo central entre Santos e Paranaguá e Arica e Quito, o eixo Capricórnio, o chamado Paranaguá-Antofagasta, e o eixo Mercosul-Chile, que ajuda o Brasil como a outros países da América do Sul e vai a Valparaíso. É

uma integração real, utilizando os benefícios da situação geográfica do Chile, que nos permite ter acesso a um outro oceano. As rodovias e auto-estradas do Mercosul têm uma denominação grandiloqüente, mas é uma coordenação do que já existe, duplicação do que existe, melhoria do que já existe. Mas também aqui há um novo conceito. Eu me lembro que, já faz algum tempo, não havia ferrovia no Brasil com bitola igual a da ferrovia argentina ou uruguaia, dizia-se que era por questões de defesa, as ferrovias não podiam coincidir na fronteira. Isso demonstra que nós mudamos e eu acho que mudamos rapidamente, isso não é de um passado remoto, isso é de anteontem. E para o norte não tínhamos nada, agora já temos pelo menos a rodovia de Boa Vista à Venezuela, estabelecendo um acesso até então impossível. Portanto, a importância da Irsa para esse esforço de integração, a Irsa antecede a criação da Comunidade de Nações e atua também, além dos setores que eu já mencionei, em outros como o setor de energia e sobretudo o setor de telecomunicações. Esse é um grande avanço, também em telecomunicações na nossa área. Mas o êxito dessa comunidade depende de muitos fatores. O primeiro deles é o diálogo com a sociedade civil e por essa razão nos 12 países já se realizaram rodadas de consulta. Para que? Para construir uma visão estratégica sul-americana. No Brasil houve reuniões em Campo Grande, Curitiba e Rio.

Eu quero lhes dar um depoimento pessoal. Quando eu estava na OEA, nessa coisa de é preciso haver diálogo com os americanos, o meu problema era que os americanos me dissessem que sim. Dialogar como? Qual era a visão da América Latina sobre as relações com os Estados Unidos? A América Latina nunca teve uma visão estratégica das suas relações com os Estados Unidos. Vamos falar com os americanos, vamos falar. Espero que os americanos não digam que estão dispostos a falar na OEA, aí estamos perdidos porque não há o que dizer, pelo menos não há unidade no que dizer, não há convergência no que dizer. Felizmente, nós estamos procurando superar essa questão. Em matéria de recursos financeiros, o que nós vemos é que essa comunidade está buscando recursos já existentes na Corporação Andina de Fomento, na Convergência Estrutural do Mercosul, no convênio de créditos e pagamentos recíprocos da Aladi e, sobretudo, nos bancos como o nosso BNDES. Em matéria de bancos, todos sabem que há uma proposta de criação do Banco Sul-americano de Desenvolvimento, uma proposta da Venezuela. As idéias são sempre boas, o problema é executar as idéias. Idéias todos nós temos. Mas como executá-las? O grande problema desse banco será a sua execução. Não o diagnóstico, não a possibilidade de ter alguma coisa da América do Sul, mas como fazer isso? Essa é a dificuldade. A convergência, primeiro elemento da sua conclusão, está naturalmente beneficiada, porque todos os países da região têm governos democraticamente eleitos, eleições livres, observadas por organismos internacionais, particularmente pela OEA. E esses governos têm compromissos com a democracia, assumidos e reiterados em acordos e textos vinculantes, como a Carta da OEA, como o Mercosul e também as recomendações que compõem a Carta Democrática Interamericana, que juridicamente não tem o mesmo valor das demais que eu mencionei, mas como um valor recomendatório exerce uma pressão em favor da democracia. A Comunidade Sul-americana de Nações nem bem começou e já mudou de nome, chama-se União das Nações Sul-americanas. Outro exemplo de ambição. Como há a União Européia, como há a União Africana, agora se cria a União Sul-americana quando não partimos dos mesmos tempos. Um dos grandes problemas da América do Sul é a diversidade de tempo entre os países que a compõem, isso nós estamos levando em considerações. Também um fator favorável é a disposição de aproximar os países e isso se vê não só nos governos, mas também

se vê nos povos. É só consultar os folhetos de turismo para ver que houve uma mudança de mentalidade, não só no Brasil mas nos nossos vizinhos. Essa aproximação é natural, é uma vontade de conhecer o outro e esse é um sintoma favorável, a meu ver.

Mas existem elementos que, se ignorados, podem alimentar a atração do caos. Nós vamos para o segundo elemento do teorema do Mário. Quais são esses elementos que podem alimentar o caos? A democracia historicamente na América Latina obedeceu a um movimento pendular e nesse momento a posição está no pólo favorável. Se nós não tivermos cuidado, este pêndulo pode nos decepcionar, pode buscar o outro pólo e para evitar isso será necessário que o regime democrático dê respostas. Isso parece o óbvio, mas sempre o mais difícil de aceitação é o óbvio, como todos nós sabemos. É preciso trazer respostas às ansiedades e às necessidades dos povos, tem a ver com a desigualdade na distribuição de renda, tem a ver com a pobreza extrema, tem a ver com a exclusão social, tem a ver com o aumento da incidência das enfermidades e tem a ver também com o problema do presente, a impunidade. A impunidade, sobretudo, de corruptos e corruptores. Isso a meu ver corrói a democracia, essa impunidade é um fenômeno presente em todos os países, com maior ou menor intensidade, está presente e é um fator de corrosão do processo democrático.

Outra idéia para a nossa consideração. Como conseguir a integração externa sem obter a integração interna? É um outro problema importantíssimo para a manutenção de todos esses projetos, sobretudo esse projeto democrático. A integração interna, mais aguda em países com grande população indígena, menos aguda em outros, mas sempre a integração da riqueza, a integração da educação, a integração da saúde, a integração da habitação. Isso é muito importante se nós quisermos considerar o panorama maior desse projeto. As vulnerabilidades políticas, econômicas e sociais constituem, portanto, uma ameaça à convergência. Os esforços de cada um dos 12 para simultaneamente corrigir essas dificuldades internas terão resultado também no benefício do projeto de integração externa. Os litígios bilaterais tradicionais na América do Sul parecem esmaecidos ou sob controles. Os territoriais, Venezuela/Guiana, Guiana/Suriname. Peru e Equador, esse está, se respeitarem o acordo feito, definitivamente afastado. Bolívia e Chile, o acesso soberano da Bolívia ao mar, não só com o Chile esse problema que vem como resultado da Guerra do Pacífico, o Peru também tem alguma coisa a dizer sobre esse assunto.

MARCONINI – E o Brasil.

BAENA - O Brasil terá com o acesso econômico, a via interoceânica. Mas eu estou falando dos conflitos jurídicos e políticos. E há também com um país extracontinental a questão das Malvinas. Sobre os litígios bilaterais aqui vem uma situação que pode constituir uma ameaça mais concreta do que aqueles litígios, aquelas divergências a que eu me referi. É a pendência entre Venezuela e Colômbia, uma pendência de delimitação de fronteira marítima. Não esquecer que a Venezuela está se armando, tem um projeto armamentista e daqui a pouco haverá a resposta da Colômbia, pelo menos é aquilo que se vê como reação. Não vou entrar no debate de se é uma divergência ideológica ou não, mas é comprovadamente uma divergência de fronteira, de delimitação de espaço marítimo. E há também outras dificuldades. Todos nós conhecemos a questão das chamadas papeleiras, que opõem a Argentina e o Uruguai e, portanto, dentro

do Mercosul é um elemento de atrito. A questão da construção dessas fábricas de celulose na margem uruguaia do rio Uruguai despertou uma tremenda reação na Argentina, manifestações populares, com bloqueio da ponte e bloqueio de estradas. Mas acontece que para o Uruguai isso representa o maior investimento da história do país, quase dois bilhões de dólares, 10% do PIB. São duas empresas, uma espanhola que já até esfriou no seu interesse e está se afastando, e outra, essa mais importante, é uma empresa finlandesa, Botner, que já está na fase de conclusão das instalações. Essa divergência foi levada à Corte de Haia, mas os argentinos não tiveram a concessão de uma medida cautelar com suspensão das obras e tampouco os uruguaios tiveram uma decisão sobre a matéria, que está adiada para este ano, provavelmente. Mas no meio-tempo os dois países aceitaram a intermediação do rei da Espanha, uma intermediação *sui generis* porque ele está facilitando a retomada de conversações entre os dois países.

O Mercosul. O Mercosul sofre uma crise de identidade, sobretudo. Não é só uma crise do ponto de vista econômico ou comercial, mas a meu ver é uma crise de identidade política. Afinal de contas, o que é o Mercosul? O Mercosul, diante dos objetivos ambiciosos, vai se contentar em ser menos daquilo que se propôs fazer? Ele vai se ampliar, vai se aprofundar? Também aqui uma dificuldade que a União Européia teve, ampliar, aprofundar o processo, dar-lhe maior institucionalidade, um tema muito importante. Mas a meu ver mais importante do que essas perguntas é a modificação da visão que se tem, não é um acordo Brasil/Argentina. Isso tem que ser levado às populações. As assimetrias têm que ser superadas, já que o nosso presidente reiterou a prioridade que sempre houve, pelo menos no discurso. Acho que são pontos que nós devemos considerar e depois, como membros influentes da elite pensadora sobre esse assunto, convém tocar para adiante alguma conclusão que seja no sentido de fortalecer o projeto. A Comunidade Andina tem melhores condições do que o Mercosul. Agora, perdeu dois membros fundadores. O Mercosul não pode perder nenhum dos membros fundadores, senão acabou. A Comunidade Andina perdeu dois, perdeu o Chile no tempo do Pinochet e perdeu a Venezuela agora. Mas o Chile já voltou, não na mesma condição, voltou como membro associado. A Venezuela eu duvido que, dadas as circunstâncias atuais, voltará. Essas duas situações, Mercosul e Comunidade Andina, incidem negativamente na construção da União Sul-americana de Nações. Quanto mais consolidados estiverem esses dois processos, mais contribuirão para um projeto maior, mais amplo e mais abrangente da Comunidade Sul-americana.

Como reagem os países da região ao projeto de integração sul-americana neste momento? É preciso dizer sempre neste momento, porque as coisas mudam com uma rapidez impressionante. Não só mudam porque os responsáveis pelos governos mudam, mas porque a reação das sociedades nacionais muda. O Uruguai incentiva o processo, mas ele também já tem manifestado preocupação com um excesso de entusiasmo que leve, por exemplo, o México a ser marginalizado de todo um esforço na América Latina. Além disso, o Uruguai, como o Peru e como a Colômbia, se não concluiu, está em diferentes fases de concluir o livre comércio com os Estados Unidos, TLCs com os Estados Unidos. E já mencionei a dificuldade do Uruguai com seu vizinho, a Argentina, e também enfrenta do outro lado as assimetrias do Mercosul. A Argentina manteve no início uma posição ambígua em relação à Comunidade Sul-americana de Nações. Eu prefiro Comunidade Sul-americana de Nações, continuarei a chamar assim, porque união eu acho um pouco exagerado. A Comunidade Sul-americana de Nações

para a Argentina no começo foi um desafio e a reação foi ambígua. Mas recentemente caminha para a incorporação do conceito de integração sul-americana no seu discurso externo.

As críticas do Paraguai se dirigem mais ao Mercosul do que a essa idéia de comunidade sul-americana. Agora, o que eu acho é que não se explica direito. Se os países tivessem a noção do que uma comunidade pode ajudá-los nas suas diferentes dificuldades nacionais, em minimizar divergências e que certos países não podem chegar a soluções favoráveis quando enfrentam bilateralmente outros países de maior expressão, isso nos traria um outro fôlego para a construção da comunidade. Além das questões levantadas pelo Paraguai em relação ao Mercosul, nós temos também o Paraguai tentando reabrir o Tratado de Itaipu. Tudo é objeto de diálogo, não há nas relações entre os países, creio eu, nenhum tema que não possa ser aceito a priori. Não posso aceitar a definição de alguns de que na comunidade internacional há países delinqüentes. Nenhum país é delinqüente. Há países adversários, mas mesmo adversários têm que negociar, têm que dialogar. Como é que você vai dialogar só com seus amigos? Se você tem problema com outro, você tem que negociar com o outro. Não é o caso do Paraguai. Eu estou me referindo àqueles países que foram classificados como países delinqüentes, Irã, Líbia. A Líbia já foi absolvida, mas há outros, Coréia do Norte e o Irã, sobretudo. Agora, o Paraguai tem essas duas questões principais: as assimetrias do Mercosul e a renegociação do Tratado de Itaipu. O Chile, na sua política de regionalismo aberto, estabeleceu cinco diálogos prioritários e nessas prioridades ele define os seus vizinhos imediatos como a primeira e os demais países da América do Sul. Portanto, dá uma importância muito grande ao seu engajamento na Comunidade Sul-americana de Nações. Como já recordei, o Chile voltou à Comunidade Andina e está muito atuante na construção da integração física na América do Sul.

Aí nós temos a questão da Venezuela. A Venezuela age com uma grande ênfase na América do Sul, mas apresenta alguns aspectos muito particulares nesse seu esforço. O primeiro deles é um anti-americanismo exacerbado. Depois, a utilização do petróleo como recurso, a diplomacia do petróleo. Ela não inaugurou a diplomacia do petróleo, historicamente a gente já viu outros exemplos, mas está usando pela primeira vez, isso sim, nesse nosso contexto. Não vai ser um obstáculo a se organizar a comunidade sul-americana. Vi declarações agora nos jornais, o presidente Chávez diz que não aceita ou não participará de um Mercosul capitalista. Minha impressão é de que disse isso porque ele já sabe, dados os fatos por todos conhecidos, que o nosso Congresso veria com restrições, ou não aprovaria mesmo, o pedido de ser membro do Mercosul. Portanto, essa retórica é: eu vou sair antes de entrar. E a Colômbia? A Colômbia é o país que mais se opõe ao fortalecimento da comunidade, para a qual, como sabemos, os Estados Unidos dirigem amplo apoio financeiro e militar. É onde mais se evidenciam os estragos que podem fazer a atividade guerrilheira, que já tem mais de meio século, associada ao narcotráfico, associada ou num entendimento que preserve a sua individualidade. Mas esse é um aspecto importante, não só para a sobrevivência do Estado colombiano, mas de toda a América do Sul. É um problema da maior gravidade. Imaginemos que essa situação extravase para a Amazônia. O que é que nós faremos? Portanto, embora seja o país menos entusiasmado com a comunidade, vejo que, se a comunidade sul-americana avançar, não há outra solução senão participar ativamente.

A Bolívia foi sede da segunda reunião de cúpula da comunidade, em Cochabamba, no ano passado. Assim, houve uma reiteração dessa posição de apoio à integração, mas vemos as divergências com o Chile, as divergências também com o Peru e, sobretudo, as divergências internas. Por isso insisto muito na integração interna. A divergência, que já está no noticiário e na preocupação de todos, entre o Altiplano e as províncias do Oriente, Santa Cruz, Pando, Beni e também Tarija. Essas províncias do Oriente são as que mais produzem riqueza na Bolívia e de Tarija saem 90% do gás para o Brasil. Portanto, um interesse imediato temos todos com essa questão, que já se exacerbou de uma forma impressionante. E o Equador? Vamos ver o que está faltando, está faltando Equador, Peru, Guiana e Suriname. O Equador adere, aceita, participa, mas isso não impede opções que tem, por exemplo, com uma relação que levará a um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, a exemplo do Peru e da Colômbia e também nessa direção despertando reação da Bolívia. A Bolívia não vê com satisfação o Peru, o Equador e a Colômbia assinarem um tratado de livre comércio com os Estados Unidos.

O Mário já mencionou a dificuldade do Peru com a Venezuela, porque o presidente Hugo Chávez fez declarações de apoio a um dos candidatos presidenciais nas últimas eleições peruanas, mas aquele que perdeu. Então o Alan Garcia assumiu numa situação de afastamento entre os dois países. Agora a situação está evoluindo, o Peru apóia o projeto sul-americano e é um grande entusiasta da Comunidade Andina, um dos elementos principais da Comunidade Andina. A diversidade da América do Sul é a sua maior riqueza, porque abre perspectivas, abre caminhos. Guiana e Suriname são exemplos disso, é a comunidade sul-americana voltada para o Caribe, embora a Colômbia e a Venezuela também permitissem um pouco essa atividade. Mas especificamente a Guiana e o Suriname por que? Porque são membros do Caricom, a Comunidade do Caribe, e a sede do Caricom é em Georgetown, capital da Guiana. Temos dificuldades reconhecidas entre os dois países, já mencionei. Com a Venezuela, sobretudo o chamado território de Essequibo com a Guiana. E também temos com a Guiana e o Suriname. Mas esses conflitos são conflitos potenciais que devem ser conversados antes de se agudizarem. A Guiana e o Suriname, além de participarem do projeto sul-americano e, antes de tudo, são membros do Tratado de Cooperação Amazônica. Portanto, já estão engajados em um projeto que reúne nove países da América do Sul.

Há outros temas que podíamos trazer, como possibilidades ou dificuldades, depende do ponto de vista, para a construção do projeto sul-americano. O primeiro é o grande gasoduto do sul. Como sempre, as idéias são ótimas, depende de como vamos executar. Mas esse projeto já está avançado, embora em estudos. Já estão sendo feitos a avaliação dos recursos, o modelo dos negócios, as tarifas, licenciamento ambiental. Isso tudo está na fase preliminar, mas está avançando. Agora, haverá demanda? A resposta que dão os técnicos é que sim. Haverá possibilidade? Sei que há muitos engenheiros aqui, eu não vou falar sobre as dificuldades objetivas na construção desse gasoduto. É melhor o gasoduto ou é melhor o transporte marítimo? Essas são questões que estão aí e podem receber uma resposta positiva ou negativa, de acordo com a visão que se tenha. E a visão política qual é? Evidentemente, a visão política favorece a integração. Se esse gasoduto oferecer na realidade benefícios para a integração, é claro que a decisão política deve ser favorável. Mas esse é um assunto em discussão.

E aí, o que nós fazemos, o que o Brasil faz? O Brasil tem apoiado, continua apoiando e agora, com a renovação da prioridade, vai apoiar muito mais, não pode deixar de apoiar esse projeto sul-americano. Não pode e não há nenhum projeto latino-americano, não há, por exemplo, Alca sem o Brasil, não pode haver, isso é uma realidade, são os fatos. Portanto, é este o caminho indicado e que está sendo feito pela diplomacia brasileira em relação ao projeto sul-americano. Com tudo isso que nós dissemos, minha conclusão é de que favorece a decisão de construir o projeto sul-americano. Agora, falar de caos, com ou sem interrogante, eu acho que é um exagero, data vênia, é um exagero. Mas falar de retrocesso não é um exagero e é muito mais apropriado falar de convergência ou retrocesso do que convergência ou caos. Outro aspecto: se nós não avançamos, se nós patinamos no meio-espaço, nós estamos retrocedendo. É aquela figura que sempre se traz da bicicleta, ou pedala para a frente ou cai, não pode ficar no meio. E a região ficou no mesmo lugar? A região já progrediu, isso é evidente, já progrediu nas suas instituições. Precisa consolidá-las, sim. Precisa usar os instrumentos políticos, jurídicos e econômicos disponíveis, estão aí. Mas precisa, sobretudo, trabalhar para anular a desesperança dos povos. A maior ameaça de retrocesso é a desesperança dos povos e a melhor ação para fortalecer a democracia é alimentar a esperança com fatos concretos, é anular a desesperança, porque essa desesperança é que pode levar à quebra do processo democrático, mais do que as divergências entre os países. Essas divergências podem ser negociadas, antes de se traduzirem em conflitos. Mas a desesperança dos povos, insisto muito nisso, é o elemento negativo que mais precisa ser considerado. E não é só desesperança com a falta de resposta social e a falta de resposta econômica, mas é desesperança com as instituições. Isso é o mais grave, é não acreditar mais por defeito dessas próprias instituições, como estão sendo conduzidas, ou por motivações que levam à marginalização desses povos das decisões nacionais.

Outra idéia que eu quero lhes deixar como conclusão é a Amazônia. Eu acredito que o que ocorrer com a área definirá o futuro da comunidade sul-americana, é só olhar o mapa, a Amazônia é o coração da América do Sul. Sua importância pelo menos, se não for maior, se iguala à importância do Prata, mas nós estamos muito mais voltados para o Prata do que para a Amazônia. Mas sobre ela existem grandes ameaças presentes e sérias. O Estado não tem presença efetiva na Amazônia, não tem condições de ocupar esse grande vazio, ocupar economicamente, ocupar até soberanamente esse grande espaço vazio. Multiplicam-se os ilícitos, o narcotráfico e de armas, biopirataria, exploração clandestina de madeira e de minerais. Tudo isso, no Brasil as gerações se sucedem e nós não trazemos, não aportamos nem projetos e nem ações efetivas. Nós temos um instrumento internacional importantíssimo que é o Tratado de Cooperação Amazônica. Temos em decorrência desse tratado uma Organização de Cooperação Amazônica, cuja sede é em Brasília. Não demos ainda o passo subsequente, que seria a efetivação de projetos para a Amazônia. Além da defesa da democracia, eu queria lhes deixar essa idéia como elementos de integração e a Amazônia, porque acho que o processo integrador sul-americano pode naufragar se ignorar a Amazônia. Não adianta progredir no Prata, quer dizer, sempre adianta progredir em alguma coisa, mas o que eu quero dizer é que, se ignorarmos a Amazônia, avançamos no Prata e estabelecemos um desequilíbrio a mais no panorama sul-americano. Era isso que eu queria lhes dizer, muito obrigado.

MARCONINI – Embaixador, eu tenho certeza de que todos concordarão comigo, apesar desse título bombástico, cuja intenção não era lhe confundir, mas muito mais atrair público e é um pouco o que está na voz do povo essa questão, de se afinal de contas está um caos ou não está, eu gostaria de lhe agradecer. As minhas expectativas eram altíssimas e foram superadas como sempre. Muito obrigado. O senhor traçou um panorama muito interessante sobre a questão da convergência e os elementos do próprio caos. Acho que chamou muito a atenção a ênfase dada à questão democrática e à desesperança dos povos, acho que é importantíssimo esse foco e também eu creio que chamou muito a atenção alguns dos riscos. Como o senhor colocou, não é propriamente caos, talvez retrocesso. Mas essa questão, por exemplo, da Venezuela com a Colômbia, o efeito que um litígio como esse poderia ter para o Brasil, na nossa própria região a dificuldade que isso traria.

Só um comentário antes de passar a palavra. Quando nós falamos da região e do Mercosul, o que a gente vê muito no debate nacional propriamente dito é que quando o enfoque é muito econômico, muito comercialista e nem só comercial, a tendência é a crítica. A tendência é dizer que nós temos uma tarifa externa comum que não é respeitada, nós temos o processo interno no Mercosul que está desrespeitado, só tem disputa, ou até mesmo que nesses acordos com os países membros da Comunidade Andina a ambição não foi grande o suficiente. Eu acho que isso é uma realidade, há esse debate, inclusive muita gente falando que se deveria baixar a ambição do próprio Mercosul e fazer apenas uma área de livre comércio, sem ter que se preocupar em ter uma coisa comum com o Mercosul, de forma a que, quando se negocie com os Estados Unidos, União Européia e com o resto do mundo, não esteja amarrado. Existe um pouco essa idéia de que a Argentina nos amarra. Então esse é o lado mais econômico, comercialista, financeiro. Agora, existe o lado político, que eu achei muito interessante a forma como o senhor colocou, uma visão de processo histórico, uma visão de como na verdade, apesar de tudo, houve uma evolução importantíssima. Vários exemplos o senhor citou, o próprio conhecimento que nós temos hoje em dia dos outros países e uma série de exemplos. Acho que isso é uma coisa muito presente, ou seja, se você tiver uma visão mais de um Arnold Toynbee, de processos históricos e o que isso representou na região, de fato houve uma evolução. Se você tem uma visão muito mais limitada nessa questão econômica, a tendência vai ser de crítica, apesar de que há uma contradição, um paradoxo na verdade, porque o comércio com o Mercosul nunca cresceu tanto. De uma certa forma você nem precisaria do Mercosul.

BAENA – Brasil e Argentina.

MARCONINI – Pois é. Mas assim em termos gerais existe um pouco aquilo que também existe na OMC, que talvez o comércio esteja andando tão bem que você não precisa mais da OMC, um pouco essa idéia do que é o mundo real e o mundo da normativa internacional. Mas eu gostaria de lhe agradecer muito e passar a palavra aos presentes.

LAERTE ANTONIO FRANCISCO NUNES – Sou físico pela USP, professor de matemática e física, educador, consultor em ensino e educação. Eu queria parabenizá-lo pela magna aula, em sabendo que o senhor é também um educador. O senhor preside a Estácio de Sá, que é maior universidade em número de alunos no Brasil, espero que também em qualidade. Primeiramente, eu vou dirigir a palavra ao Mário Marconini e depois ao senhor. Eu não concordo com o termo

caos. Quando Mikhail Bakunin, o grande fundador do anarquismo tentou uma linha filosófica para modificar o mundo, cuidado, hoje é empregada no Google, na internet em geral, You Tube e assim por diante, Microsoft também usa. Então, como o senhor disse, para haver uma compatibilidade de termos, convergência ou retrocesso e não caos. É a minha opinião. Muito se poderia falar sobre esse tema, porém eu queria fazer a seguinte colocação: o senhor entende que a grande divergência, os grandes confrontos, a menos de interesses econômicos, sejam problemas históricos e culturais? Não existe também aí um ranço demagógico e ideológico? Quando se fala, por exemplo, em Hugo Chávez, só se vê o lado que nós entendemos negativo. Porém eu entendo que, a menos dos seus erros, suas falhas, também ele seria um pólo para alertar toda a América de que nós temos um grande problema que é os Estados Unidos, uma potência imperialista e que, infelizmente, domina o mundo. Não vai aí nenhuma crítica comunista, não tem nada a ver. A minha pergunta é a seguinte: o presidente Lula teria condições de liderar o Mercosul? O presidente Lula é um estadista?

BAENA – Eu vou tentar responder a sua pergunta, que agradeço muito. É claro que nós não podemos ignorar as condições históricas das divergências e dos conflitos. Por ignorar a História, muitos países têm uma diplomacia equivocada, por não tentar conhecer o outro, tomam decisões equivocadas. O conhecimento do outro, esse conceito é muito importante nas relações internacionais. Portanto, acho que essa sua colocação é correta. Acho, por exemplo, que antes de pensar o que Hugo Chávez está fazendo, nós precisamos pensar por que Hugo Chávez, por que Evo Morales na Bolívia. Isso não se pergunta, eu não vejo nenhuma análise dos grandes e autorizados meios, análise do porquê. Não surgiu de repente, o Chávez não é um produto de um golpe militar, embora ele tenha tentado dar um golpe militar no Carlos Andrés Perez. Na Bolívia isso é mais evidente, um primeiro indígena que chega a presidência da República é importantíssimo, a gente não pode desconsiderar esses aspectos históricos e os aspectos de educação nessa construção. Nos aspectos de educação, já que o senhor mencionou a minha situação atual, eu queria dizer que atribuem ao Brasil uma série de fatores de por que nós nos atrasamos e passamos muito por cima do fator essencial do nosso atraso, que é educação. Nós estamos perdendo a batalha da educação, já perdemos para a Índia, já perdemos para a China, perdemos antes para a Coreia. Nós estamos perdendo a batalha da educação e eu vejo isso muito concretamente desde que estou na academia, vejo concretamente porque a matéria-prima da universidade vem do ensino secundário, vem do ginásio do meu tempo, e essa matéria-prima é muito deficiente. O problema educacional (eu me permito desviar um pouco) do Brasil não está nas universidades, está no ensino secundário e no primário, na preparação da matéria-prima que chega bem ou mal nas universidades.

Anotei também a sua observação sobre ideologia. O Brasil é um país socialista, o governo brasileiro tem alguma aproximação ideológica com o governo Chávez? Me parece que o governo do Brasil não tem nada de esquerda ou tem pouco de esquerda, tem alguns traços de esquerda esmaecidos, mas o governo brasileiro não é um governo de esquerda. Já o Chávez é um governo de esquerda na declaração e nos atos e o governo Evo Morales vai por esse caminho, mas tem também uma carga histórica importante que não pode ser desconhecida. Agora, eu não gostaria de expressar nenhum juízo sobre pessoas, mas vendo como o mundo está há uma carência de estadistas mundo afora. Eu só me lembro da crise das armas nucleares em Cuba, em 62. Naquele momento havia de um lado quem? Kennedy. E havia do outro lado quem? Nikita

Krushov. Por mais folclóricos que fossem, pelo menos no que diziam, foram dois estadistas. Eu me apavoro só de pensar essa crise no momento atual, de um lado Bush, do outro lado Putin. Nós já estávamos esfarelados, viraria cinzas toda a humanidade. É a isso que eu me refiro, uma carência de estadistas. Eu posso concordar ou discordar da figura, não vou individualizar ninguém, mas, sobretudo a Europa, que teve grandes estadistas, depois dessa guerra horrível, a Segunda Guerra Mundial, com todas as atrocidades, ela se recuperou porque tinha estadistas que naquele momento perceberam. Eu me lembro do primeiro tratado de carvão e aço, que foi um tratado para conter a Alemanha, o objetivo era político, mais do que econômico, porque a Alemanha já tinha provocado duas guerras mundiais. Como conter a Alemanha? Começando com esse tratado de carvão e aço, daí saiu a União Européia. Ora, o Mercosul não trata de conter ninguém, nós fazemos de um lado positivo, enquanto que a União Européia teve origem num comportamento negativo, para conter, nós para abrir. Então esses aspectos que o senhor bem situou são muito pertinentes.

MARCONINI – Eu queria só esclarecer a questão do título. O título era para ser bombástico. Confesso que não era para representar uma visão minha, de que há necessariamente um caos ou não há um caos. Acho que há elementos, como o próprio embaixador colocou, que podem resultar inclusive numa situação muito parecida com um caos. Esperemos que não. Mas o que me impressionou muito - e eu até gostaria de perguntar para o embaixador - porque ele descreveu um panorama razoavelmente positivo, no sentido de que, dadas as dificuldades, a região consegue ainda assim entrar em acordo. Porém, ele falou em retrocesso, de qualquer forma. Então é isso que eu acho interessante. O retrocesso, pelo o que eu entendi, se dá muito mais no nível dos países, ou seja, a falta de capacidade de responder às necessidades e essa desesperança, do que propriamente o que os países têm tentado fazer conjuntamente. Pelo que eu entendi, ele vê com bons olhos a comunidade sul-americana, porém a resposta nacional de cada país está muito insatisfatória. Eu creio que ele deve ter algo a nos dizer sobre a questão do Hugo Chávez. Acho que com o Estado venezuelano todo o mundo quer cooperar e se aproximar do Estado. O problema é ter o governo que tem, na medida em que é uma coisa imprevisível. A questão da Colômbia, por exemplo, é uma coisa muito séria realmente. Por questão até militar. Isso acontece realmente. Como é que fica o Brasil, sobretudo dado que a região, o próprio território vai estar afetado diretamente? Acho que a pergunta de fundo é: dá para evitar isso em algum nível, algum instrumento? A ele, como ex-secretário geral da OEA, acho que essa é uma pergunta de fundo: será que ele vê que haja uma forma de cooperar em nível internacional para diminuir esse risco?

Embaixador, o senhor mesmo disse, numa conjuntura, num momento, as coisas mudam e é lógico que o Estado venezuelano sempre vai ser do nosso interesse. A questão que se coloca é um governo como esse lá, concordem ou não concordem, a verdade é que ele pode ser imprevisível. Num contexto como a Colômbia, por exemplo, mais imprevisível ainda, talvez previsível num sentido negativo. Então queríamos a sua apreciação. Afinal de contas, o que representa um Hugo Chávez mesmo, que apoio ele tem, que durabilidade tem um fenômeno como esse? É lógico que ele responde a uma realidade muito particular da Venezuela, é interessante como na verdade a oposição também causou esse problema, na medida em que ela foi de tanta má qualidade que não comparece às eleições ou tenta um golpe de Estado, uma série de coisas assim que também não contribuem para se ter uma coisa nobre na

Venezuela. Seja como for, se nós assumirmos que pelo menos a imprevisibilidade ou esse risco à segurança da região existe com o Hugo Chávez, sem concordar ou discordar, sem achar que é neopopulista ou não é neopopulista, o que isso pode representar no tempo, na sua opinião? A questão da Bolívia também é algo muito parecido, também responde a uma questão interna importantíssima, é a primeira vez que tem esse nível de contestação, um governo que aceita qualquer contestação e realmente quase que não consegue governar, porque existe tanta contestação que ele passa o tempo todo escutando as pessoas. Então que risco isso realmente representa, na sua opinião?

BAENA – Risco para que?

MARCONINI – Risco para a segurança da região. E uma coisa que ter a ver com isso é que apoio isso de fato tenha.

BAENA – Em matéria de apoio, a gente tem que recordar que o Chávez enfrentou quatro eleições e ganhou todas com mais de 50%. O apoio existe. Agora, por que esse apoio? Pela falência dos partidos tradicionais da Venezuela, o Copei e a Ação Democrática não apresentaram soluções e o Chávez compreendeu isso e trouxe uma nova idéia. Você pode concordar ou discordar, achar boa ou má, mas ele trouxe a idéia bolivariana, que ele chama de bolivariana. Era alguma coisa nova que ele ofereceu à democracia venezuelana, que existe, ele foi eleito legitimamente. Sofreu até uma tentativa de golpe de Estado, passou dois dias desaparecido. Então apoio ele tem. Agora, como esse capital de apoio democrático vai ser consumido por ele, isso a gente tem que considerar de perto.

MARCONINI – Esperar para ver.

BAENA – Não pode ser de outra maneira. A gente pode fazer exercícios de futurologia. Mas é imprevisível. A Bolívia também é uma situação semelhante, agravada pela questão indígena. Pela primeira vez uma parcela da população boliviana chegou ao poder. Não havia participado do poder, a não ser, se quiserem mais objetivamente, em alguns momentos de alguns governos militares. Pode parecer contraditório, mas em alguns momentos os governos militares ou resultantes de movimentos militares deram mais atenção à população indígena. Mas essa é a primeira vez que ela se projeta na esfera do poder, na alta esfera do poder. Nós não podemos discutir os fatos sem ir à origem dos fatos, senão não se entende o que está acontecendo.

Segurança. A segurança da região será mais expressiva ou mais presente se nós tivermos um marco muito mais abrangente com a comunidade. Eu acho que ninguém pensa em problemas entre o Brasil e a Argentina, sobretudo depois do acordo entre o Brasil e a Argentina em matéria nuclear, um acordo que nem na Europa existe, um acordo que autoriza as autoridades brasileiras a visitarem as instalações nucleares argentinas e vice-versa. Eu citei o exemplo das bitolas das ferrovias que não coincidiam, porque um achava que o outro ia invadir. Naquele tempo, o maior contingente do Exército brasileiro, que era o Terceiro Exército, estava no sul. Agora tem que ir para o norte, no meu entender, não por causa da Venezuela, mas para proteger a Amazônia. Eu acho que toda essa questão de segurança vai ser melhor compreendida e disciplinada, no sentido político e jurídico, num quadro muito mais amplo que é oferecido pela integração.

MARCONINI – Uma pergunta do nosso representante da Escola Superior de Propaganda e Marketing.

GERALDO DE CAMPOS – Sou Geraldo de Campos, da ESPM. Eu tenho na verdade, sem querer ser abusivo, duas questões que acho que estão relacionadas. Acredito que umas das dimensões mais importantes dos processos de integração, que o senhor destacou também na sua fala, é a questão identitária. Eu acredito que em todo o processo de formação da União Européia essa questão apareceu de forma muito marcante e esse é o debate que até hoje tem se sobressaído em relação a diversos temas lá. Obviamente, a gente está partindo de processos de construções nacionais diferentes. Mas eu estive recentemente, uns dois meses atrás, acompanhando como observador um processo da União Européia, European Citizen Consultation, que eles fizeram em todos os países: consulta aos cidadãos europeus sobre temas como imigração, como welfare state, e a grande questão ainda, mesmo com 50 anos da União Européia, é o que é ser europeu. A questão da identidade nacional ressurgiu agora com esse outro significado e como isso num processo de integração regional de tal escopo acaba adquirindo uma dimensão muito significativa, inclusive determinante para diversos outros tipos de relações dentro do processo de integração. O que eu ouvi na União Européia, o que tem se debatido na União Européia é justamente essa questão de se, mais do que uma comunidade identitária, seria uma comunidade organizada em torno de um projeto, então substituindo a dimensão identitária por uma dimensão de um projeto, uma comunidade de projeto. A partir da fala que o senhor fez, eu fiquei pensando se no caso da América do Sul, no caso do Mercosul, nós estaríamos entre uma certa tensão, porque se por um lado essa questão das identidades nacionais não aparece tanto como um obstáculo para o processo de integração, mas também é um pouco nebulosa a questão de um projeto. Então ela acaba não sendo uma comunidade identitária, mas tampouco uma comunidade com um projeto. Essa é uma primeira parte da questão: o que seria necessário para viabilizar essa imagem ou essa idéia do Mercosul enquanto uma comunidade de um projeto organizado. E um segundo aspecto seria uma outra dimensão do processo de integração que eu acredito que é fundamental e que vem adquirindo peso recentemente, que é a questão das relações internacionais no plano subnacional, ou seja, como se organizam hoje em dia essas redes, os entes subnacionais como atores das próprias relações internacionais. No caso do Mercosul teve uma iniciativa que foi a Rede Merco Cidades, por exemplo, e outras iniciativas. Mas foram iniciativas que acabaram não deslançando, na verdade. Acabaram não adquirindo uma dinâmica própria, forte o suficiente para fomentar e para interferir de forma decisiva nesse processo de integração. Gostaria de perguntar como o senhor vê essa questão dos entes subnacionais no processo de integração, qual é a importância deles, se de fato existe ou potencial para eles ou se esse não chega a ser um aspecto tão decisivo nesse processo.

BAENA – A União Européia está atravessando uma crise. A gente fala muito da crise do Mercosul, mas a União Européia não tem uma Constituição, não tem um tratado constitutivo, porque a primeira tentativa foi derrotada na França e na Holanda. Agora estão tentando, a Alemanha está estimulando muito isso, redigir uma outra Constituição. Esse é um passo central para uma União. Agora, no fundo a gente vai buscar a declaração do De Gaulle. De Gaulle era favorável à criação da Europa das nações, não esqueça disso. Tanto que o testamento do De Gaulle era um projeto que associava nacionalidades, havia esse projeto de uma identidade européia. Culturalmente é difícil haver uma identidade européia nesse momento. Ainda mais se a

Europa aceita a Turquia, qual é a identidade europeia da União Europeia? Então eu vejo mais um projeto do que uma identidade europeia. Qual é a identidade que pode aproximar um polonês de um português, a não ser um projeto que tenha aspectos políticos, econômicos e comerciais de benefício? Aí a gente vai para a segunda parte. Eu não acredito no caso nosso na construção desse projeto sem uma rede de interesses empresariais, por exemplo. Tem que construir essa rede de interesses, porque é isso que vai dar sustentabilidade ao arcabouço jurídico político, que já está aí, mas que pode ser uma construção oca. Não vou falar em construção aqui, tem tanto engenheiro, mas é uma construção que pode desabar porque não tem substância. E a substância vai ser dada pelas sociedades nacionais e prioritariamente pelas empresas, sem dúvida alguma, como aconteceu de certo modo na Europa. Eu falei do problema do Mercosul, aprofundar ou ampliar, essa discussão persiste na Europa atualmente. Se eu fosse europeu, preferiria aprofundar do que ampliar, uma Europa de 27 não é a mesma Europa dos 15. Esse é um problema deles, mas eu sou um observador e agora o problema adicional é o da Turquia, porque aí a identidade de que o senhor falou desaparece. A Turquia distorce o projeto original. O Mercosul penso que vai ser mais um projeto, porque a identidade não é uma identidade sul-americana. Quando a gente viaja por aí, é a identidade latino-americana. Eu me lembro quando cheguei a Bruxelas, fui ali conselheiro da Embaixada do Brasil, procurávamos apartamento e eu via os anúncios no jornal, o anúncio falava do apartamento e tinha a observação: latino-americanos e africanos absterem-se. A par do racismo, a par da xenofobia, contra os estrangeiros, havia o que eu quero ressaltar: uma identidade latino-americana, próxima de uma identidade africana. Mas sul-americana não há essa identidade. Em termos acadêmicos, se a gente examinar isso, não existe uma identidade sul-americana, existe o interesse sul-americano, existem projetos sul-americanos. O que é a identidade sul-americana, é o indígena do altiplano boliviano ou são os meus conterrâneos de Belém do Pará? Onde é que está? Então é isso, espero que tenha respondido a sua pergunta.

JORGE LUÍS DOS SANTOS – Embaixador, eu participo na Casa do Conselho Superior de Tecnologia da Informação e tenho outras atividades, mas quero me identificar nesse momento como uruguaio. Eu resido no Brasil há 53 anos. Então é interessante ficar assistindo à sua palestra, que sem dúvida é uma aula, e comentando sobre a situação do Uruguai. Eu só quero lembrar que o Uruguai é uma economia que hoje está em torno de 13 a 15 bilhões de dólares e a do Brasil é 800, da Argentina 200. Portanto, ele tem todo o direito de se revoltar pela falta de atenção dos dois grandes e se voltar para os Estados Unidos, onde sempre teve um tratamento especial por causa de ser um país com tradição democrática, apesar de ter passado por um período militar, mas com uma tradição democrática que foi sempre lembrada na América Latina. Eu, como uruguaio e conhecendo vários países da América Latina como o senhor, realmente essa expressão sul-americana não existe. Nós temos inclusive muitas entidades criadas aqui na América que são identificadas como da América Latina e el Caribe, sempre junto el Caribe, porque são países que falam espanhol. Mas, como nós falamos em espanhol, “una cosa es una cosa e otra cosa es otra cosa”. Entonces eu gostaria de colocar para o senhor o seguinte aspecto: em toda a sua fala e na fala do Mário em nenhum momento foi tratado aqui o tema cultural, só *en passant* com relação à História, à existência, etc. Mas de fato nós temos na América Latina um problema cultural que faz com que exista uma divergência muito grande entre os países de língua espanhola e de língua portuguesa. Tanto que a CNN tem o seu programa em espanhol para a América Latina e de vez em quando sai alguma notícia do Brasil com o

Lula e alguma coisa nesse sentido, mas quase não há notícias do Brasil numa emissora que teoricamente transmite programas e notícias para a América do Sul ou América Latina. O Brasil de certa maneira durante anos e anos sempre foi colocado meio à margem, justamente porque fala outro idioma, porque é gigante, porque tem uma economia gigante e todo mundo tem medo. Então há um certo temor com relação a esse relacionamento com o Brasil. Eu gostaria de saber do senhor, além do aspecto cultural, se de alguma maneira o senhor, sendo do Itamaraty, percebe que nesse momento no Brasil, em função de termos um governo Lula que tem na verdade três ministros do Exterior, o ministro, o secretário geral e mais um ministro que não é ministro do Exterior mas que faz o papel de, nós não perdemos essa credibilidade da história do Itamaraty em administrar relacionamentos, às vezes conflitantes, com países da América Latina, da Europa, seja de onde for. Não está ocorrendo uma certa perda de credibilidade por um lado e por outro lado o país não está gerando uma situação de separação entre economia e política? Nos Estados Unidos a gente sabe que tudo se discute em Washington, se decide em Washington, mas a economia, as empresas continuam funcionando independente das brincadeiras do Clinton, por exemplo. Aqui no Brasil nós estamos percebendo que a economia cresce muito bem aparentemente, tem muito emprego, baixo nível de inflação, grande nível de investimento, mas por outro lado as empresas nacionais estão indo para o Exterior, estão se instalando no Exterior porque não suportam mais a carga tributária que tem nesse país. Então, nessa dicotomia entre política e economia, aspectos econômicos e comerciais, as empresas não estão procurando superar esse problema de sobreviver a essa falta de seriedade no tratamento do assunto político, haja vista a crise do Senado atualmente? Obrigado.

BAENA – Caramba, quanta questão ele levantou aqui. São muitas questões importantes. Vou tentar dizer alguma coisa sobre esses temas. Realmente, como disse antes, se você não conhece o seu interlocutor, você não toma decisões apropriadas. A primeira lição da diplomacia é conhecer com quem você fala. O Brasil tem, não digo um Estado marginalizado, mas ignorado em alguma mídia internacional. Mas a CNN não é uma emissora latina, e muito menos latino-americana. É uma emissora americana. No meu televisor eu tenho assinatura de várias emissoras européias; onde mais vejo notícias sobre o Brasil e sobre a América Latina não é na CNN, é na televisão espanhola, na TVE, aí sim eu vejo. Portanto, essa questão não deve nos emocionar exageradamente. Acho que a sua colocação traz a questão das assimetrias e essa tem que ser enfrentada, e tem que ser enfrentada com uma dose de compreensão, como foi feito na Europa. O problema nosso é que a gente tem que buscar sempre fora do país alguma coisa que nos faça acreditar no próprio país. Aí é que nós estamos perdidos. Ah, o sujeito fez sucesso na Europa, então é bom. Fez sucesso em Nova Iorque, é bom. Na política também acontece isso. Se os europeus enfrentaram o problema com Portugal, por exemplo, com a própria Espanha e com a Grécia, se nós enfrentamos também as assimetrias com o Uruguai e o Paraguai, se eles resolveram, nós também temos que resolver. Não necessariamente da mesma maneira, mas com a mesma preocupação política.

Eu participei há dois anos de um grupo de pessoas a título individual para examinar a reforma das Nações Unidas e a par das nossas reuniões havia seminários. Eu participei de um seminário na China, com 40 pessoas, diplomatas chineses aposentados da região, acadêmicos, e o problema era a entrada do Japão como membro permanente do Conselho de Segurança. Um embaixador chinês aposentado veio me dizer que embaixador brasileiro aposentado pode

dizer o que quiser que ninguém leva em consideração. Agora, o chinês aposentado é uma expressão política. Por isso eu quero trazer que o que eu estou dizendo não tem nada a ver com o Itamaraty e por causa disso, por não conhecer os mecanismos atuais, porque estou afastado do Itamaraty desde a minha primeira eleição para a OEA, desde 84. Afastado da função, eu não poderia lhe dizer algo sobre essa situação interna, do processo decisório interno. Eu quero saber do processo decisório nas suas conseqüências externas, é isso que estamos analisando. Mas não vou fugir do outro ponto. Economia e política devem sempre andar juntas, sem dúvida. Houve um acadêmico que disse que a política externa é a expressão da política interna. Eu não concordo muito com isso, porque senão a Índia não teria a política externa que tem, nem a diplomacia que tem. Agora, eu quero dizer o seguinte, com toda a tranqüilidade: nós não construímos um país, ninguém constrói um país, ninguém convoca uma nação para construir um país apelando para o objetivo do superávit primário. Ninguém diz a uma nação: vamos trabalhar para construir o superávit primário. Não há como. O que falta é um objetivo expresso, é uma meta nacional. O superávit primário pode ser um elemento da economia de um país, mas não é uma meta nacional. A meta nacional é a integração interna e, a meu ver, uma integração externa. E para integrar internamente não só as questões sociais, mas também a questão amazônica, que eu mencionei aqui. Alguém disse que a América do Sul não existe. Ela existe geograficamente, como América Latina é um conceito novo na História. Falava-se anteriormente na Ibero América, o que foi também criticado, porque não há Ibero América. Há também uma Indo América. José Vasconcelos, do México, defendia essa posição, há uma Indo América, há uma Afro América, há muitas Américas Latinas. Mas para efeito de facilidade da análise política ou acadêmica, o conceito América Latina é conhecido. E Caribe, porque não se pode dizer que Barbados é a América Latina, mas pode-se dizer que República Dominicana é América Latina. Então não é só Caribe historicamente e culturalmente.

A questão cultural, é claro que nós devemos considerar. Falamos *en passant* da educação. Eu fico apavorado porque a sede da Estácio, o lugar em que eu vou trabalhar, é na Barra da Tijuca, eu fico apavorado, não com bala perdida, mas com a cultura perdida. Todos nós sabemos que a humanidade tem grandes realizações, Nona Sinfonia, se preferirem a Quinta estou de acordo, são cumes, são cordilheiras. E tem vales profundos e odiosos como a Barra da Tijuca. É um horror. Primeiro é a perda da nacionalidade: na Barra da Tijuca não se fala mais português, fala-se inglês e um inglês mal falado, são uns ignorantes querendo falar inglês, é pior ainda. Então a Barra da Tijuca devia ser separada do Rio de Janeiro, devia ser um outro município à parte e o Rio continuaria brasileiro com identidade nacional. Eu estou falando isso porque a primeira perda da identidade nacional é a perda do idioma, é a aceitação das influências que distorcem o idioma. Nós estamos sofrendo isso na carne atualmente, não há projeto imobiliário no Rio de Janeiro que seja lançado em português. Agora descobriram o francês, é “vilá” não sei de quantas, já estamos saindo do inglês, vamos entrar no francês. Isso eu acho que deve ser uma preocupação também nossa, não só dos empresários e dos educadores, a preservação do idioma. A preservação do idioma é a preservação da nacionalidade. Então eu deixo de comentar a sua única pergunta, porque estou fora da jogada.

JORGE – Eu diria que, mesmo que o senhor estivesse, o senhor não responderia, porque a escola não permite que se façam comentários fora da Casa nesses termos. Mas como cidadão eu tenho certeza de que o senhor está consciente de que existe um problema sério no país, da

falta do peso da história e da tradição do Itamaraty, que tem o respeito de todos os brasileiros, sempre foi uma instituição extremamente respeitada por todos os brasileiros e por mim que moro aqui há tantos anos.

BAENA – Espero que continue.

JORGE – Eu também espero.

BAENA – Estive lá por 50 anos, antes de me aposentar. Portanto, tenho um investimento muito grande.

JORGE – Na vida tudo é passageiro, portanto é uma questão só de tempo, a gente volta.

ANTONIO AUGUSTO PIZARRO – Eu gostaria de fazer um pequeno comentário e depois duas perguntas. Quando o senhor falou na Venezuela como um problema aqui para nós, o senhor falou na diplomacia do petróleo. Não podemos esquecer de que a grande arma do Hugo Chávez é o petróleo e que o petróleo está caindo de preço no mundo por causa da diplomacia americana. Se nós vamos cortar o preço do petróleo no mundo, vamos prejudicar a Venezuela e como consequência a Rússia também, já que a Rússia se tornou agora o maior produtor de petróleo. Estão recebendo tanto dinheiro que o Putin já faz uma nova guerra fria com o dinheiro que ele recebeu do excesso de petróleo. Outra coisa que o senhor tocou foi no Tratado de Itaipu. Quem é que está por trás disso? É a Alemanha, a Alemanha quer montar um parque industrial do lado de lá da fronteira, aproveitando a energia barata de Itaipu. Isso vai nos prejudicar bastante, inclusive a indústria. Outra questão é a defesa da Amazônia. Eu acho que as nossas Forças Armadas já estão bem alertadas sobre isso e estão tomando providências.

BAENA – Espero que sim, porque é essencial para essa construção toda. Mas a Venezuela exporta 45% do seu petróleo para os Estados Unidos. Nunca os Estados Unidos vão invadir a Venezuela, jamais. E a Rússia tem outro problema, não só o petróleo, os americanos ergueram defesas antimísseis na Polônia. É isso que estávamos discutindo, é a questão da História. Não é que seja Putin, não é que seja Krushov, não é que seja Stalin, é uma tendência do czar defender o seu território, defender o seu espaço. Isso não tem que ver com ideologia, com forma de governo, não tem nada que ver com isso, tem que ver com oposição entre potências.

ANTONIO – A estratégia dos czares a longo prazo já era montar toda aquela união das Repúblicas Socialistas Soviéticas através de suas fronteiras. Tanto é que Cuba foi um azar para eles, porque estava longe da fronteira. Mas vou fazer duas perguntas e a última o senhor responde se quiser. É vital para o Mercosul e vital para o Brasil também a rodovia até Lima. Mas quando esse imperador do Japão foi coroado, na hora dos cumprimentos, na frente do nosso embaixador, do colega seu que eu não me lembro quem era, estava o embaixador americano e ele falou alto para imperador, para o nosso embaixador ouvir: “Eu não permito que vocês financiem a pavimentação dessa estrada, porque ela é contra os nossos interesses e vocês não vão fazer”. Ele falou abertamente assim. É claro, a carne que vai ser criada na Amazônia, que o pessoal critica muito, chegaria no Texas por um terço do preço e no Japão também via,

essa estrada. A segunda é o caso da Bolívia com a Petrobrás. Não sei como o senhor como embaixador resolveria, eu resolveria aquilo muito mais facilmente, não ia invadir, mas ia pegar aquele Quarto Exército que está lá sem fazer nada e ia fazer uma manobra em Corumbá. Só, mais nada.

BAENA – Ele é imperialista. Não sou eu, não. Manobras do Exército na fronteira? Isso é gravíssimo.

ANTONIO – Mais grave eu acho que é cortar o nosso gás.

BAENA – Me permita interromper. Aí a resposta tem que ser da empresa. Se a Petrobrás se retira da Bolívia totalmente, o que acontece? Agora não conseguiu nem fazer seguro para as refinarias. Não precisa de manobras do Quarto Exército, isso é uma demonstração agressiva.

ANTONIO – Só uma interferência afirmativa. Jornal de hoje, Gazeta Mercantil: “Lula cede gás para Chile e Argentina. O presidente determinou que o Brasil reduza as importações de gás da Bolívia ou repasse parte desse combustível para Chile e Argentina”. Isso determina o que ele está falando. Outra coisa, o senhor deu muita ênfase no regime democrático, que sem a democracia nós não conseguiremos. Acontece que até hoje eu, na minha santa ignorância, não consegui descobrir que democracia é essa. Democracia para mim é aquela dos gregos. Eu quero votar no embaixador Baena Soares para presidente da República, não posso porque o senhor precisa passar num partido e eu tenho que votar no partido.

BAENA – E também tem o seguinte em matéria de democracia. Recentemente várias organizações não governamentais dão nota em democracia. Isso é um absurdo. O que é mais ou menos democrático? A eleição do Lula foi mais democrática, porque foi eleição direta, do que a eleição de Bush, que foi uma eleição indireta? O colégio eleitoral distorce o voto popular? E essa questão que está sendo discutida no Congresso, voto em lista, isso ajuda ou prejudica a democracia? Eu acho que a gente está discutindo os efeitos, a essência que está sendo discutida é a democracia, democracia entendida como participação popular, a liberdade de expressão, tudo isso, e é a corrupção.

ANTONIO – Agora o último comentário que eu disse que o senhor responde se quiser.

BAENA – Democrático, me deu uma opção.

ANTONIO – O Celso Amorim não é fraco para resolver essa situação?

BAENA – Eu vou lhe dar um depoimento pessoal. Eu conheço o Celso desde muito tempo na carreira e acho que ele não é nada fraco. Ele é uma pessoa preparada para a função, inteligente, atendida politicamente na comunidade internacional. Eu passei por vários chanceleres, mas o que mais me impressionou negativamente foi aquele que disse que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Não me pergunte o melhor, é difícil dizer. Mas se me perguntar o pior, eu sei quem é. Ele disse num banquete de despedida, quando ele ia partir para os Estados

Unidos como embaixador, depois de ter sido ministro do Exterior, ele disse isso, eu estava lá: o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Se não fosse a deselegância de me retirar, eu tinha saído.

JOÃO MANAUS – Eu sou do Sindicato das Empresas de Consultoria em Engenharia e Arquitetura. O nome é porque eu sou de lá mesmo, então a preocupação com a Amazônia eu comparto com o senhor. Mas eu queria fazer uma pergunta referente a uma afirmação que o senhor fez, quando foi dita a frase de que para onde vai o Brasil vai o resto da América do Sul. Eu queria que o senhor comentasse um pouco essa estratégia brasileira de tentar submergir sua liderança. É uma situação difícil ter as condições de ser líder e ter uma estratégia para não aparecer impondo essa liderança. Por outro lado, no Exterior eu tive a oportunidade de sentar numa mesa, estando do lado do governo peruano, recebendo uma autoridade brasileira do Banco do Brasil. Eu nunca percebi posição tão arrogante e tão imperialista quanto daquele executivo do Banco do Brasil frente às autoridades peruanas. Então como é que o Brasil se equilibra ou poderia se equilibrar nesse jogo? Como é que o senhor participando desse jogo teria uma posição?

BAENA – Não acredito em liderança imposta, não existe liderança imposta, existe submissão. Liderança tem que ser natural. Agora, se eu vou começar a dizer que sou líder, eu vou despertar anticorpos e antagonismos imediatamente. A liderança vai surgindo naturalmente, é a procura da opinião, é a discussão dos problemas não só bilaterais, mas multilaterais com os países, é saber o que pensam do Brasil ser uma liderança. É o Brasil participar do G-20, é uma liderança. É o Brasil ter sido convidado para participar do G-8, é uma liderança, como também outros países têm essa liderança. Mas isso é natural, acontece naturalmente. Eu não vejo necessidade e, sobretudo, o senhor vê a reação à arrogância. Um dos maiores inimigos da liderança é a arrogância do líder, acaba com a liderança própria.

ALFREDO LUÍS ALBERTO – Arquiteto. Eu concordo plenamente com o que o senhor coloca, que a liderança tem que ser natural e o Brasil já tem uma liderança natural, uma vez que pela sua grandeza física confunde-se com a maioria dos países da América do Sul, com a exceção do Chile e do Peru, tem um mercado muito grande, população grande. Enfim, ele é um líder natural. Acho que a questão da rodovia que liga o Brasil e o Peru é importantíssima, porque isso vai abrir o mercado, com preços mais baixos, para os nossos grãos e para a carne, não só no Texas como também no mercado oriental. A questão que eu colocaria, que acho fundamental e acho muito interessante a gente fazer esse raciocínio, é que o Mercado Comum Europeu se estabilizou e um grande avanço a partir do momento em que as cédulas foram impressas, quando a moeda foi impressa. E não foi nem moeda de papel, foi moeda de plástico para justamente durar mais e não ter que ser reimpressa. Isso é fundamental. Acho que no dia em que o Mercosul, o Pacto Andino, ou seja lá que diabo for, imprimir uma moeda e formar uma instituição que se chama moeda vai ser um passo fenomenal. Acho que é justamente isso que faz um retrocesso, como o senhor colocou. O retrocesso é justamente a gente não colocar em prática essa instituição que se chama moeda. Nós patinamos muito na questão política, acho que a questão política abrange muito e confunde as nossas idéias. Acho que a questão mais prática seria aquela econômica, tarifária, acabar com as reservas de mercado e colocar em prática a instituição moeda. Justamente a gente não consegue colocar o timing nas questões

que devem ser debatidas. Com relação à Amazônia, eu acho que a gente fez um grande avanço com o Projeto Sivam, o Projeto Sivam protegeu tremendamente a Amazônia e nesse sentido nos últimos anos foi um grande avanço. O senhor colocou que a gente se preocupou muito com o sul, justamente o norte agora ficou mais protegido.

BAENA – A moeda na União Européia foi o último passo. Eu acho também que nós chegaremos a isso, mas há pessoas que dizem que o Mercosul já tem moeda até, é o dólar. Eu acho que não pode ser, não deve ser, mas acredito que um dos obstáculos do Mercosul é ter procurado acelerar as etapas. É preciso ter um dinamismo num tempo apropriado e a moeda vai ser mais para o fim.

MARCONINI – Embaixador, eu gostaria só de lhe agradecer realmente a sua estatura, conhecimento, experiência. Como eu disse, a expectativa já era altíssima, foi melhor ainda do que a expectativa. Agradeço muito. Esse tema é um tema que vai permanecer, é lógico, essa questão do próprio Inserindo o Brasil no Mundo. Como o senhor mesmo disse, as coisas mudam, as pessoas, os governos, as idéias. Então a gente vai continuar com esse processo. Não há como resumir isso, acho que a única coisa que realmente chama a atenção, e acho que o senhor como ninguém teria autoridade para dizer isso, é que o senhor percebe de qualquer forma um retrocesso, mas percebe nisso também uma grande oportunidade, que isso vai depender de nós, uma vez mais, o Brasil com uma posição naturalmente muito proeminente nesse assunto, mas vai depender de como nós vamos fazer evoluir esse continente na medida do possível. Então muito obrigado a todos pela participação.

BAENA – E vamos evitar o caos. Embora o caos seja criativo, vamos evitar o caos. Muito obrigado.